

8010, 6
7

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL



CONSELHO FEDERAL

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

PROCESSO N.º F-CDH-017/80

Assunto F - Tortura praticada pela
Polícia Civil

INÊS ETIENNE ROMEU

(MJ. 007252/81)

Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Rio de Janeiro, RJ

Aos cinco dias de setembro de 1979, na sede do CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS - DO BRASIL, perante o Presidente Dr. Eduardo Seabra Fagundes e na presença dos Drs. Barbosa Lima Sobrinho, - Presidente de Associação Brasileira de Imprensa, e Cesar Augusto Gonçalves Pereira, Presidente do Conselho Secional da Ordem dos Advogados-Estado do Rio de Janeiro, especialmente convidado, para este ato, compareceu Inês Etienne Romeu a fim de fazer entrega de documentos relacionados com a sua prisão no período de cinco (5) de maio de mil novecentos e setenta e um (1971) a sete (7) de novembro de mil novecentos e setenta e um (1971) bem como de prestar informações de esclarecimento adicionais sobre o assunto.

Achavam-se presentes, outrossim, Maria Celina Romeu Cialdini, irmã da referida Inês Etienne Romeu, Sérgio Soares Xavier Ferreira e Antônio Henrique Lago que acompanhavam a citada Inês.

Inicialmente, Ines Etienne Romeu qualificou-se como brasileira, casada, bancária, domiciliada na cidade do Rio de Janeiro, neste Estado.

Em seguida, entregou ao Presidente - os seguintes documentos:-

1 - Relatório escrito por ela em 18 de setembro de 1971, quando internada na Casa de Saúde Santa Maria, em Belo Horizonte, no qual se acham expostas as circunstâncias de sua prisão e o tratamento recebido enquanto permanecia encarcerada até o seu internamento na referida Casa de Saúde.

II - Atestado passado pela Casa de Saúde Santa Maria consignando o período de seu internamento.

III - Carta de seus pais, datada de 09 de agosto de 1971, dirigida ao General Sylvio Frota, então Comandante do 1º Exército, solicitando a en-

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

- 2 -

trega do corpo de sua filha, a referida Inês, em face de notícia do seu falecimento em poder de autoridades militares.

IV - Certidão da 3a. Auditoria do Exército, Primeira Circunscrição Judiciária Militar, datada de 11 de janeiro de 1969, na qual consta como data inicial de sua prisão o dia 5 de Maio de 1971;

V - Carta dirigida por ela ao advogado Augusto Sussekind de Moraes Rêgo, em 3 de outubro de 1971, relatando falecimentos, digo, padecimentos suportados em sua prisão;

VI - Cartão datado de 09 de agosto de 1971 dirigido pelo General Everaldo José da Silva ao General Sylvio Frota, solicitando providencias para que seu pai, dela Inês, pudesse localizar a filha acompanhado do ~~de~~ xerocópia do respectivo envelope.

Esclarece-se que o relatório, ora entregue, reprodução feita nesta data, daquele inicialmente escrito em 18 de setembro de 1971, com algumas correções e adições, tornadas necessárias, em face do decurso do tempo e de fatos supervenientes.

Perguntada respondeu mais o seguinte: que respondeu a dois processos criminais perante a Justiça Militar neste Estado, um dos quais tramitou pela 3a Auditoria do Exército, e o outro pela 1a Auditoria da Aeronautica; que, na primeira dentre as citadas Auditorias, quando interrogada, pretendeu relatar ao Auditor, - Oswaldo Lima Rodrigues, os maus tratos recebidos durante a sua prisão, mas foi por ele obstada de fazê-lo - sob o fundamento de que tudo já constava de volumes que se achavam sobre sua mesa; que, nesta ocasião, achavam-se presentes, ainda, o escrivão e o seu advogado, Dr. Augusto Sussekind de Moraes Rêgo, não podendo ela precisar a presença de outras pessoas; que, no segundo pro-

RR

Ad
Y
Augusto
Inês
R. Lima

Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Rio de Janeiro, RJ

- 3 -

cesso a que respondeu informou ao Auditor Mário Moreira, suscintamente, as torturas suportadas, tendo S. Excia. feito constar do processo notícia desta informação; e depois o mencionado Auditor, Mário Moreira, insistiu com a depoente para que dissesse a verdadeira situação em que se achava no carcere quanto ao tratamento que lhe era dispensado, dispondo-se a fazer cessar eventuais violências contra a depoente; que, entretanto, nesta ocasião, a depoente não mais vinha sofrendo maus tratos, motivo pelo qual não se tornou necessária a interferência do Auditor; que a sua prisão foi legalizada no dia 7 de novembro de 1971 por ato do então Ministro da Guerra, General Orlando Geisel, após o seu advogado, Dr. Augusto Sussekind de Moraes Rêgo, haver feito protocolar no Gabinete de S. Excia. a carta acima referida como documento número cinco (5); que, a partir desta data, depoente não foi mais torturada embora tenha recebido ameaças no quartel do Batalhão de Guardas, em São Cristóvão, onde permaneceu presa, com a recomendação de que não deveria denunciar as violências sofridas, ou os fatos presenciados; que, após a legalização, digo, que após o ato do Senhor Ministro da Guerra, foi presa em Belo Horizonte no dia 7 de novembro de 1971 pelo Tenente Marcelo Paixão Paraizo e Sargento Darlan, sendo conduzida para o Quartel de Comunicações da Pampulha, em Belo Horizonte, de onde foi transferida, no dia seguinte, em avião da FAB para o Rio de Janeiro, sendo recolhida ao Batalhão de Guardas de São Cristóvão; que, quatro meses depois, aproximadamente, foi transferida para a Vila Militar onde permaneceu presa em vários quartéis, até Fevereiro de 1973, quando foi transferida para o Sistema Penitenciário do Estado, onde permaneceu até a semana passada, mais precisamente até 29 de agosto de 1979, - quando foi libertada após haver cumprido, integralmen-

Alb
Sergio

Go

Alb

Srta
Celina

Alb

Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Rio de Janeiro, R.J.

- 4 -

te, a pena a que foi condenada pelo crime de sequestro tendo sido anistiada no que concerne a outra condenação; que enquanto permaneceu hospitalizada, em Belo Horizonte, de setembro a novembro, digo de agosto a novembro de 1971, sua família buscou auxílio junto à Ordem dos Advogados Mineira que, entretanto, por seu Presidente, Ariosvaldo Campos Pires, declarou não poder interferir no assunto; que enquanto se achava hospitalizada, seu advogado Augusto Sussekind de Moraes Rego, pleiteou perante a Terceira Auditoria do Exército a oficialização da sua prisão, a fim de que a mesma perdesse o caráter de clandestinidade que a intranquilizava, mais que isto não foi obtido. ~~que~~

Nada mais havendo a consignar o Presidente determinou o encerramento deste Termo que vai assinado pelo Presidente, mandando que o mesmo fosse autuado, juntamente com os documentos apresentados, para posterior conclusão à Presidência.

Edard Leal da Costa

Juiz Étienne Roum

Bonifácio Longhi
Marcelo Carneiro

Maria Celina Roum Cialdini

Aergio Soares Xavier Ferreira

Antonio Henrique Lago

Em tempo:- Todos os documentos citados são apresentados em reprodução xerográfica ou datilográfica.

Juiz

Se eu morrer, como as forças de segurança do Governo insistem em insinuar, quero esclarecer alguns fatos relacionados comigo desde 5/5/71, quando fui presa pelos agentes governamentais.

De 5/5/71 a 11/8/71 estive incomunicável, proibida de manter contato com familiares ou advogados e sem que se desse ciência de minha prisão à Justiça.

No cativeiro torturaram-me física e mentalmente, até o dia em que me entregaram à minha família, em precárias condições de saúde, traumatizada psicologicamente.

Na prisão, tentei o suicídio para escapar das perversidades de meus carcereiros e para fugir das ameaças de morte lenta e de violências contra meus parentes.

Em 12/8/71, com pleno conhecimento das autoridades militares de Belo Horizonte, fui internada, para tratamento, na Clínica Pinel e depois na Casa de Saúde Santa Maria, onde me encontro presentemente, sob cuidados médicos e vigiada por agentes de segurança.

Em razão das torturas de que fui vítima, fui examinada e tratada por médicos psiquiatra, clínico geral e ginecologista.

Tenho sido visita periodicamente por agentes de segurança do Rio de Janeiro (GB) que se apresentam com nomes falsos porém com conhecimento e autorização do Comandante da ID-4, General Everaldo José da Silva, que insistem para que eu me torne uma colaboracionista, em troca de minha liberdade, por dinheiro e com ameaças sobre meus familiares.

Pelos fatos por que passei durante o meu cativeiro, onde fui torturada e vi companheiros sofrendo e morrendo e pelas conversas que mantenho com os agentes secretos que me visitam, tenho motivos para acreditar que os meus carcereiros pretendem me eliminar, falseando a maneira e as razões de minha morte.

Meus carrascos afirmaram que "me suicidariam" na prisão, caso eu revelasse os fatos que ouvi, vi e que me contaram durante os três meses de minha prisão, pois reconhecem que "sei demais".

Querem que eu morra "naturalmente", sem que sejam responsáveis

Handwritten signature: Augusto

Handwritten signature: Celina

Handwritten signature: Sus

Handwritten mark

bilizados pela morte que me impingirem.

Assim, caso venha a falecer nas seguintes circunstâncias:

- 1) suicídio na prisão ou em qualquer outro local;
- 2) tiroteio contra subversivos (estouro de "aparelhos" etc), onde eu figure seja como terrorista, seja como agente do Governo;
- 3) "justiçamento" (morte) por pessoas ligadas a atividades políticas contrárias ao Governo;
- 4) acidentes, atropelamentos etc;
- 5) fuga de qualquer local onde me encontrar;

declaro que terei sido assassinada pelas forças policiais militares, pois:

- 1) não me suicidarei em qualquer circunstância;
- 2) não participarei de qualquer ação policial-militar contra quem quer que seja, nem estarei em "aparelhos" estourados, por livre e espontânea vontade;
- 3) não existe nenhuma razão para o meu "justiçamento" por parte de grupos contrários ao regime instalado no País a partir de 1964;
- 4) já tentaram que eu me atirasse sob as rodas de um ônibus (no período em que estive encarcerada);
- 5) não pretendo fugir.

Encaminhei a diversas pessoas um longo e circunstanciado depoimento sobre os dias de meu cativeiro, narrando fatos ocorridos na casa onde fiquei presa (torturas e mortes de diversas pessoas) e casos que me contaram e onde identifico alguns de meus carcereiros.

Se eu morrer, essas pessoas divulgarão o documento no País (se a censura deixar) e no exterior, para que um dia se esclareçam fatos obscuros e se registre na história do Brasil os nomes e as patentes dos torturadores que se escondem sob a proteção do Governo.

Se eu morrer, peço-lhe que requeira nova autópsia, pois podem falsear a "causa mortis" e a data de meu falecimento.

Se eu morrer, quero que todas as circunstâncias de minha morte sejam esclarecidas, ainda que demande tempo, trabalho e sacrifício, me nos em minha memória, mais em nome da honra do País em que nasci, muito pela decência de minha Pátria e de meus compatriotas.

Quero manifestar, ainda, a minha vontade de ser sepultada em Belo Horizonte e que seja assegurado à minha família o direito de me proporcionar o recebimento dos sacramentos religiosos.

Belo Horizonte, 3 de outubro de 1971

Handwritten mark

Handwritten signatures and initials:
AAB
Fugir
Lelina
ta

RELATÓRIO

Fui presa no dia cinco de maio de mil novecentos e setenta e um, em São Paulo, na Avenida Santo Amaro, entre os números quatro mil e quatro mil e duzentos, às nove horas da manhã, por agentes comandados pelo Delegado Sérgio Paranhos Fleury. Estava em companhia de um velho camponês, de codinome "Primo", com quem tinha encontro marcado desde abril. Assistiu impassível à minha prisão, sem ser molestado.

Levada para o DEOPS, iniciou-se o interrogatório. O camponês, que era da região de Imperatriz, já havia denunciado um encontro marcado entre ele e José Raimundo da Costa, ao qual compareceria também Palhano, ex-líder dos bancários do Rio de Janeiro, para o dia seguinte. Confirmei a informação e disse que desde o dia dez de março deste ano estava desligada do movimento e que me preparava para deixar o País. Em seguida, fui levada à sala de torturas, onde me colocaram no "pau de arara" e me espancaram barbaramente. Foram-me aplicados choques elétricos na cabeça, pés e mãos. Queriam conhecer o meu endereço na Guanabara mas consegui, apesar de tudo, ocultá-lo, para proteger uma pessoa que lá se encontrava. Para evitar a continuação da tortura, mencionei ter um encontro no dia seguinte, no Rio de Janeiro, às doze horas, em Cascadura. Era minha intenção suicidar-me tão logo chegasse ao local pois a perspectiva da continuação da tortura me aterrorizava. À tarde deste mesmo dia fui levada para o Rio de Janeiro, de automóvel. Chegamos por volta de vinte e uma horas, parando, inicialmente, em frente ao Ministério da Guerra, na Av. Presidente Vargas, quando, do carro, desceu um indivíduo que se dirigiu ao interior do Ministério, pela entrada destinada aos carros e de lá regres-

Juiz
Celina
Sergio

sou em companhia de um outro, a paisana, que se incorporou ao grupo. Seguimos, então, para uma Delegacia situada na Av. Suburbana, próxima ao Largo dos Pilares, onde fui colocada numa cela. Meia hora depois, levaram-me para fazer o reconhecimento do local do "encontro". Eu havia dito que teria que andar uns trezentos metros, atravessando, inclusive, o Viaduto de Cascadura. Retornei à Delegacia onde passei a noite, ouvindo gritos e espancamentos de presos comuns que lá se encontravam. No dia seguinte, seis de maio, ao me preparar para o "encontro", fizeram-me calçar meias para ocultar as marcas de espancamento, bem visíveis, em minhas pernas. Às doze horas fui para o local e atirei-me sob as rodas de um ônibus. Semi-consciente, fui levada pelos policiais para o Hospital da Vila Militar, onde recebi transfusão de sangue. Quase imediatamente, fui transferida para o Hospital Carlos Chagas e atendida por duas enfermeiras e dois médicos jovens. Ao ser feita a ficha de entrada, disse o meu nome e declinei minha condição de presa política. Fui desmentida por um policial que disse ser meu parente e que eu me chamava Maristela de Castro, fornecendo, inclusive, minha filiação. Neste hospital permaneci somente o tempo necessário aos primeiros socorros (suturas etc). Logo fui transportada para o Hospital Central do Exército onde tiraram radiografias de minha bacia, constatando-se não haver fraturas e que os ferimentos que tinha no corpo, queimaduras de terceiro grau, foram consequência de ter sido arrastada pela roda traseiro do ônibus. Quando do preenchimento da ficha no H.C.E. forneci meu nome verdadeiro, filiação, idade, etc., novamente declinando minha condição de presa política e as circunstâncias do acidente. Após medicada, informaram-me que eu teria alta em cinco dias. Na mesma noite, isto é, no dia seis, os agentes invadiram meu quarto e tentaram me interrogar, sendo impedidos pelo médico que me assistia. Dialogaram asperamente e um dos agentes disse aos berros que "estávamos em guerra" e que não poderia haver obstá-

Juiz
Celina
Sergio

culos legais para o que faziam. Mas o médico proibiu o interrogatório dizendo que só poderiam fazê-lo com permissão do Diretor do H.C.E. No dia sete de maio fui visitada, em horários alternados, pelo Diretor do H.C.E., por um psiquiatra e por um Capitão do Exército, que queriam saber sobre a minha saúde. No dia seguinte, entre oito e nove horas, retiraram-me à força do Hospital e jogaram-me numa caminhonete C-14 que estava estacionada no pátio do Hospital. Deitada e com os olhos vendados, fui conduzida para uma casa que, com o decorrer do tempo, descobri situar-se em Petrópolis, e cujo telefone é quatro mil e noventa (creio ser uma extensão do telefone do vizinho, ao que parece o locador da casa; diariamente, este indivíduo a quem os agentes chamavam Mário, visitava o local e mantinha relações cordiais com os seus moradores. Mário é estrangeiro - possivelmente um alemão - e vive em companhia de uma irmã. Possui um cão dinamarquês, cujo nome é Kill; embora não participe pessoalmente das atividades e das atrocidades cometidas naquele local, tem delas pleno conhecimento). Sem nome é Mário Ladders. Telefones e endereços atuais: 423254 e 426119 - Rua Arthur Barbosa 120 e 668a - Petrópolis - RJ.

Ainda durante a viagem, iniciou-se o interrogatório. Recebi todo o tipo de ameaças, inclusive a de que estava me reservado o mesmo tipo de tratamento dado pelo Esquadrão da Morte: sevícia e morte. Eu estava traumatizada e sentia dores fortíssimas em decorrência do atropelamento, além de um profundo sentimento de frustração por não ter morrido; temia não suportar as torturas.

Chegando ao local, uma casa de fino acabamento, fui colocada numa cama de campanha, cuja roupa estava marcada com as iniciais C.I.E. (Centro de Informação do Exército), onde o interrogatório continuou, sob a direção de um dos elementos que me torturara em São Paulo. Mostrou-me uma fotografia de José Roberto Rezende, querendo saber se eu o conhecia e dizendo-me que ele já estava preso. Disse-me também

Suís
Celina
Sergio

que Palhano, o ex-lider dos bancários já referido, fora preso no mesmo dia seis de maio, em companhia do camponês que me entregara. Após tres dias de prisão, dois dos quais passados no H.C.E., os agentes já sabiam que as informações que eu lhes pudesse fornecer seriam inúteis: as pessoas que eu poderia eventualmente comprometer já conheciam minha prisão, pois minha ausência ao encontro marcado no Rio de Janeiro para o dia cinco seria o suficiente para alertá-las. Foi o que ocorreu.

O agente paulista retirou-se dizendo: "ela está entregue a vocês". Imediatamente "Dr. Cesar" (codinome) passou a chutar minha perna machucada, sendo contido por um outro elemento. Talvez, porque eu me achasse em precário estado de saúde.

Meus carcereiros, conheci-os por codinomes. Posso reconhecê-los:

1. Dr. Bruno - baixo, meio gordo, tipo sírio-libanês. Pareceu-me o oficial mais graduado do grupo (coronel). Defendeu tese na Escola Superior de Guerra, segundo me contou. É gaúcho.
2. Dr. Pepe - claro, cabelos e olhos castanhos, estatura mediana. É um homem inteligente, bem falante. Seu nome é Orlando Rangel, acho. Tenente-Coronel.
3. Dr. Teixeira - moreno claro, estatura mediana. É oficial.
4. Dr. Roberto - claro, cabelos pretos, estatura mediana, bigodes, marcas de ferimento à bala na perna, em consequência de tiroteio em janeiro de mil novecentos e setenta, nas proximidades da Lagoa Rodrigo de Freitas. Disse-me que o responsável pelos seus ferimentos era Fayal de Lira e que ele iria matá-lo. Seu nome é Capitão Freddie Perdigão Pereira, acredito.
5. Dr. Guilherme - baixo, magro.
6. Dr. Carneiro - é médido. Apesar do tratamento recebido no Hospital Carlos Chagas e no H.C.E. fiquei muito tempo sem

Sua
Celina
Keyjo

trocar os curativos, tendo infecções nas pernas e no abdome-
men. Em fins de maio, houve necessidade de uma raspagem,
quando fui por ele atendida. Seu nome real é Dr. Lobo.

7. Dr. Cesar - baixo, meio gordo. É oficial.

8. Raul - claro, estatura mediana, meio gordo. Participou
de um tiroteio em Copacabana em mil novecentos e setenta, con-
tra Mariel Mariscot. Parece-me que seu nome é Severo.

9. Márcio - claro, cabelos castanhos anelados, gordo.

10. Rui - baixo, mulato.


11. Pardal - moreno, estatura mediana, pertence à PM. Seu
nome real é Jarbas Fontes, acho.

12. Camarão - baixo, claro, natural do Ceará. Sua família
reside em Fortaleza. Seu nome real é Wantuir ou Wantuil. É
do Exército e fez parte da segurança pessoal do Presidente
João Goulart. Disse-me que "Breno" (Carlos Alberto Soares
de Freitas) foi o primeiro "terrorista" que esteve preso na-
quela casa. É uma espécie de caseiro do local, lá permane-
cendo durante todo o tempo acompanhado por outro elemento
(inicialmente foi o Raul, depois Pardal). É de baixa instru-
ção.

13. Mauro - alto, claro, bigodes e cabelos pretos. Segundo
Camarão, passou tres anos em Cuba, a serviço dos órgãos de
informação do Governo brasileiro, após 1964.

14. Zê Gomes ou Zezão - alto, mais de 1.90 m, mineiro, pre-
to, ex-jogador da Seleção Mineira de Basquete, ocasião em
que era sargento do Exército. Disse-me que foi reconhecido
por Carlos Alberto Soares de Freitas, pois este havia jogado
basquete no Minas Tennis Clube. Seu nome é Ubirajara.

15. Laecato - preto, alto (1,85 m), pouca instrução. Tem ci-
catrizes no peito, em consequência de tiroteio travado por
ocasião da prisão de Fayal de Lira, segundo me contou. Tem
quatro marcas de bala no corpo, do lado direito. Disse-me
pertencer ao Esquadrão da Morte do Rio de Janeiro. Chama-se
Rubens.


Suís
Colina
Fergis

16. Laurindo - claro, baixo, é comissário de polícia de Petrópolis. Telefonavam para ele ligando para uma Delegacia e perguntando por Luiz ou Luizinho. Seu nome é Luis Claudio Azeredo Viana.

17. Marcelo - moreno claro, estatura mediana, tem 28 anos, disse-me pertencer ao Exército. Pratica alpinismo. Fez treinamento anti-guerrilha. Disse-me ainda ser parente do escritor Carlos Heitor Cony.

18. Alan - claro, cabelos pretos, 27 anos aproximadamente. Fez treinamento anti-guerrilha.

19. André e Otávio - brancos, estatura mediana. Idades entre 30 e 35 anos.

Até o fim de maio fiquei acamada, sem condições sequer de levantar-me, pois sentia tremendas dores. Durante esse tempo fui interrogada mas não sofri nenhuma coação física, a não ser os pontapés dados pelo Dr. César.

Queriam saber:

1. Onde estava o dinheiro da organização;
2. Quais os membros do "esquema médico" da VPR;
3. O nome da pessoa que ficara, no dia do sequestro do embaixador suíço, encarregada de buscar o médico, caso houvesse feridos na ação;
4. Quem era "Raquel";
5. Onde estivera escondido Carlos Lamarca, quando de seu encontro com "Douglas".

Maiο findo, houve uma radical mudança de comportamento: passaram a achar que eu mentia sobre o que lhes havia dito e, em consequência, torturaram-me quase que ininterruptamente. Quando não me submetiam a torturas físicas, destroçavam-me mentalmente. Nesta ocasião, aplicaram-me na veia uma droga qualquer, dizendo ser o soro da verdade. Senti o corpo entorpecido e não consegui manter os olhos abertos mas a mente permanecia lúcida.

Dr. Roberto, um dos mais brutais torturadores arrastou-me pelo chão, segurando-me pelos cabelos. Depois, ten

Luís
Celina
Cony

tou entrangular-me e só me largou quando perdi os sentidos. Esbofetearam-me e deram-me pancadas na cabeça. Colocavam-me completamente nua, de madrugada, no cimento molhado, quando a temperatura estava baixíssima. Petrópolis é intensamente fria na época em que lá estive (oito de maio a onze de agosto). Fui várias vezes espancada e levava choques elétricos na cabeça, nos pés, nas mãos e nos seios. Nesta época Dr. Roberto me disse que eles não queriam mais informação alguma; estavam praticando o mais puro sadismo pois eu já fora condenada à morte e que ele, Dr. Roberto, decidira que ela seria a mais lenta e cruel possível, tal o ódio que sentia pelos "terroristas". Fui então obrigada a escrever tres documentos: uma análise sobre as esquerdas, os motivos de minha saída da organização e uma crítica sobre os órgãos de repressão do Governo. Evidentemente as condições em que foram escritos estes documentos não refletem verdadeiramente o que penso sobre os assuntos neles abordados.

O meu estado psicológico era o pior possível. Por outro lado, eu sentia que estava me tornando uma "batata quente" nas mãos de meus carcereiros. Camarão me disse que o meu nome já estava no Superior Tribunal Militar e que meu "sequestro" já era conhecido de todos. Esta informação contradizia a de seus superiores hierárquicos que afirmavam que ninguém tinha conhecimento de minha prisão e que minha família não se preocupava com o meu sumiço. Pedi-lhes que me entregassem à Justiça Militar, que eu responderia pelos meus atos. Negaram-me com o argumento de que eu sabia demais e em tom de desprezo disseram que o Superior Tribunal Militar é brando no julgamento de casos como o meu.

Alguns dias após submetida a verdadeiro horror, apareceu o Dr. Teixeira, oferecendo-me uma saída "humana": o suicídio. Disse-me que eu tinha sido condenada à morte, mas ao invés de uma morte lenta nas mãos do Dr. Roberto, eu poderia dar cabo de minha vida. Aceitei e pedi um revólver pois já não suportava mais. Entretanto, Dr. Teixeira queria que

Juiz
Teixeira

o meu suicídio fosse público. Propos-me então que eu me atirasse debaixo de um ônibus como já fizera. Concordei e no dia seguinte (sete de julho) fui levada para o local. No momento em que deveria atirar-me sob as rodas de um ônibus, agachei-me e segurei as pernas de um deles, chorando e gritando. Minha atitude começou a despertar a atenção de populares e imediatamente fui reconduzida para a casa. Por não ter me matado, fui violentamente castigada: uma semana de choques elétricos, banhos gelados de madrugada, "telefones", palmatórias. Espancaram-me no rosto, até ficar desfigurada. A qualquer hora do dia ou da noite sofria agressões físicas e morais. "Márcio" invadia minha cela para "examinar" meu ânus e verificar se "Camarão" havia praticado sodomia comigo. Este mesmo "Márcio" obrigou-me a segurar em seu pênis enquanto se contorcia obscenamente. Durante este período fui estuprada duas vezes por Camarão e era obrigada a limpar a cozinha completamente nua, ouvindo gracejos e obscenidades, os mais grosseiros.

Em dezenove ou vinte de julho terminou essa fase de torturas. Dr. Pepe comunicou-me que haviam chegado a uma decisão a meu respeito: eu deveria tornar-me agente da repressão e infiltrar-me em minha organização. Fingi aceitar pois eu precisava quebrar a minha incomunicabilidade. Estava literalmente reduzida a um verme. O tratamento que me foi dispensado foi o mais cruel e o mais desumano.

Apesar de concordar, aparentemente, com a solução do Dr. Pepe, pedi-lhe novamente que me entregasse à Justiça. Dr. Pepe reiterou-me que eu sabia demais e que, se chegasse aos tribunais, poderia denunciar tudo o que ocorrera comigo. Ponderei ainda que não tinha condições de me infiltrar na organização pois esta havia sido liquidada e que não tinha sentido uma infiltração no nada. Respondeu-me que havia ainda algumas pessoas e que outras viriam do exterior. Iniciou-se, então, o processo de minha recuperação física e psicológica.

Suís
Leônia
Sejio

Dr. Carneiro, o médico, voltou a examinar-me, pois chegaram a supor que eu estava tuberculosa, tal o meu estado de fraqueza. Receitou vitaminas A e D, remédio para abrir o apetite, Anafranil e vários outros de que não me recordo. Em meados de julho, na fase mais crítica das torturas, tentei novamente o suicídio, cortando o pulso esquerdo com um pedaço de ferro arrancado da armação da cama de campanha, mas o material não era suficientemente cortante e levei bastante tempo para perfurar o pulso, mas não consegui atingir a veia principal. Esta segunda tentativa de suicídio ficou ignorada pelos meus carcereiros; disse-lhes que havia cortado o pulso no latão de lixo.

Nesta fase, reforçaram a minha alimentação, deram-me roupas limpas e inclusive um par de óculos - de outra pessoa - pois sou bastante míope e passei quase tres meses sem usá-los. Nesta época fui forçada a assinar papeis em branco e escrever declarações ditadas por eles sobre a minha situação, desde o momento de minha prisão. Forçaram-me ainda a assinar um "contrato de trabalho" em que me comprometia a colaborar com os órgãos de segurança em troca de minha liberdade e de dinheiro. Neste contrato constava uma cláusula segundo a qual, se eu não cumprisse o combinado, minha irmã, Lúcia Etienne Romeu, seria presa, pois eu mesma, sua própria irmã a acusava de estar ligada a grupos subversivos. Até isto foi feito pelos meus carcereiros; eu estava arrazada, doente, reduzida a um verme e obedecia como um automato. Aproveitando-se disso, fizeram-me acusar minha irmã, que nunca se envolveu em atividades políticas, como muito bem sabem os próprios órgãos de segurança, que nunca a molestaram.

Obrigaram-me também a gravar um "tape" em que me declaro agente remunerada do governo, e filmaram-me contando notas de dez cruzeiros, quando li o meu "contrato de trabalho".

Declarei nesse "tape" que fui muito bem tratada

Juiz
Celina
Angie

por meus carcereiros. Filmaram-me de calça e soutiã para mostrar que as marcas de meu corpo eram consequência do atropelamento. Não me recordo de tudo que disse, mas afirmo que era tudo falso e mentiroso. As respostas que me obrigaram a dar e as afirmações e gestos que me obrigaram a fazer foram previamente ensaiados.

Terminada essa fase, combinou-se minha vinda para Belo Horizonte, onde deveria dar à família a versão de que, presa em São Paulo pelo Delegado Fleury e tentado o suicídio no Rio de Janeiro, conseguira burlar a vigilância do H.C.E. de onde telefonara para uma amiga que me tirara de lá, escondendo-me em um sítio onde permanecera até a recuperação total dos ferimentos.

Para infiltrar-me na organização, mandaram-me contar quase a mesma história, variando apenas o final: depois de medicada no H.C.E. fui transportada para uma casa onde consegui seduzir e embebedar o único agente do local, fugindo após um passeio de carro, no decorrer do qual teria havido um acidente.

O video-tape foi gravado no dia quatro de agosto. De posse de todos os documentos que me foram arrancados debaixo de tortura física e mental - mas nos quais não traí nem comprometi quem porventura pudesse ser por mim traído ou comprometido - Dr. Pepe me comunicou, no dia seis de agosto de mil novecentos e setenta e um, que no dia nove, segunda-feira, eu seria retirada do local, obedecendo ao seguinte plano: para evitar que eu localizasse a casa onde eu me encontrava, rodaríamos de carro durante umas quatro horas (eu com os olhos vendados). Seria então deixada em um lugar qualquer, teria que andar uns 200 metros a pé e então entraria novamente em um segundo carro, que me levaria a um hotel no Rio de Janeiro, no Catete. Depois disso, um terceiro carro me buscaria, me conduziria a Rodoviária, já com passagens compradas para Belo Horizonte. Eu tomaria o ônibus, no qual viajariam elementos dos órgãos de segurança do governo, desconhecidos para mim, a fim de me vigiarem. Chegaria a Belo

Juiz
Adelina
ten

Horizonte, procuraria a minha família e contaria a história acima descrita.

Entretanto, por conversas ouvidas de madrugada, entre Párdal e Laurindo, pressenti que se tramava uma cilada que culminaria com a minha morte. Párdal disse a Laurindo que "logo que ela desça do carro para andar os 200 metros eu já estarei com o carro em alta velocidade; ela não terá nem tempo de ver o que lhe acontecerá". Zé Gomes também comentou comigo: "você cairá dura quando souber o que te aguarda". Diante de tudo isto e para não colaborar com a farsa de uma "morte acidental", cortei os pulsos (na madrugada de domingo para segunda feira, nove de agosto). Perdi muito sangue e sentindo que já estava perdendo os sentidos, ocorreu-me a certeza de que deveria lutar pela minha vida, porque tinha esperanças de denunciar tudo o que ocorrera e ainda, todas as coisas que presenciei no inferno em que estava. Assim, gritei por Párdal que, juntamente com os que se encontram na casa, providenciou os primeiros socorros. Imediatamente, telefonaram para os seus superiores, Dr. Bruno, Dr. Guilherme e Dr. Pepe, que acorreram ao local. Fui medicada pelo Dr. Carneiro, que me fez uma transfusão de sangue e suturas.

Laecato perdeu o controle e disse: -"sua comunista filha da puta, eu sabia que não podíamos confiar em você."

Dr. Bruno fez o seguinte comentário: Você quase destrói um trabalho de anos.

Durante o tempo de meu cativo, tentei o suicídio quatro vezes, tres das quais já descrevi. Na outra, engoli certa quantidade de vidro moído, obtido pelo trituramento de ampolas de injeção. Apesar de todas estas tentativas, quero esclarecer que não sou e que nunca fui uma suicida em potencial e que somente em virtude do que me fizeram, do tratamento desumano e cruel a que fui submetida, é que por quatro vezes tentei me matar.

Júlio
Polícia
Leopoldo

Na quarta feira, onze de agosto, fui informada de que seria trazida para Belo Horizonte, documentada com uma carteira de identidade falsa, fornecida por eles, com o nome de Maristela de Castro.

Dr. Pepe, Zê Gomes e um outro desconhecido trouxeram-me numa Perua Veraneio, 1971, azul escuro e deixaram-me na porta da casa de minha irmã, aproximadamente às vinte e uma horas. Dr. Pepe preveniu-me para que eu não me entregasse a nenhuma autoridade pois se eu fosse presa, ele me "suicidaria" na prisão.

Após minha chegada, minha irmã imediatamente comunicou-se com os órgãos de segurança, solicitando a presença do Major Boffa, do S.N.I., demais membros da minha família e amigos.

Foi providenciada, em seguida, a vinda de um médico e do advogado Iberê Bandeira de Melo. Fui conduzida à Clínica Pinel, onde permaneci cinco dias e de lá, fui transferida para a casa da Saúde Santa Maria, onde me encontro até hoje, em tratamento.

Cheguei a Belo Horizonte com vinte quilos a menos do meu peso normal, traumatizada, sem condições psíquicas. Enquanto estive hospitalizada, fui interrogada umas tres ou quatro vezes pelo Major Orlando, da ID-4, que somente queria conhecer a identidade das pessoas que me trouxeram para Belo Horizonte. Informei-lhe apenas que fui presa pelo Delegado Fleury e que ele poderia prestar melhores esclarecimentos.

Até o dia quinze de setembro não ocorreu nenhuma mudança no comportamento das autoridades que tinham conhecimento de minha presença em Belo Horizonte. Minha família manteve contatos com o General Everaldo José da Silva, comandante da ID-4, a fim de tentar esclarecer a minha situação, mas a informação era sempre a mesma: eu estava em liberdade vigiada mas poderia ficar onde quisesse; na casa de minha mãe ou de qualquer de minhas irmãs casadas, inclusive em Fortaleza, Ceará. Mas eu tinha medo: não entendia o porque de

Dr. Zê
Colin
ker

Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Rio de Janeiro, R.J.

-12-

Na quarta feira, onze de agosto, fui informada de que seria trazida para Belo Horizonte, documentada com uma carteira de identidade falsa, fornecida por eles, com o nome de Maristela de Castro.

Dr. Pepe, Zé Gomes e um outro desconhecido trouxeram-me numa Perua Veraneio, 1971, azul escuro e deixaram-me na porta da casa de minha irmã, aproximadamente às vinte e uma horas. Dr. Pepe preveniu-me para que eu não me entregasse a nenhuma autoridade pois se eu fosse presa, ele me "suicidaria" na prisão.

Após minha chegada, minha irmã imediatamente comunicou-se com os órgãos de segurança, solicitando a presença do Major Boffa, do S.N.I., demais membros da minha família e amigos.

Foi providenciada, em seguida, a vinda de um médico e do advogado Iberê Bandeira de Melo. Fui conduzida à Clínica Pinel, onde permaneci cinco dias e de lá, fui transferida para a casa da Saúde Santa Maria, onde me encontro até hoje, em tratamento.

Cheguei a Belo Horizonte com vinte quilos a menos do meu peso normal, traumatizada, sem condições psíquicas. Enquanto estive hospitalizada, fui interrogada umas tres ou quatro vezes pelo Major Orlando, da ID-4, que somente queria conhecer a identidade das pessoas que me trouxeram para Belo Horizonte. Informei-lhe apenas que fui presa pelo Delegado Fleury e que ele poderia prestar melhores esclarecimentos.

Até o dia quinze de setembro não ocorreu nenhuma mudança no comportamento das autoridades que tinham conhecimento de minha presença em Belo Horizonte. Minha família manteve contatos com o General Everaldo José da Silva, comandante da ID-4, a fim de tentar esclarecer a minha situação, mas a informação era sempre a mesma: eu estava em liberdade vigiada mas poderia ficar onde quisesse; na casa de minha mãe ou de qualquer de minhas irmãs casadas, inclusive em Fortaleza, Ceará. Mas eu tinha medo: não entendia o porque de

Três
Polícia
Arq

minha vinda, nem a razão da minha liberdade.

Finalmente, no dia dezesseis de setembro as coisas se aclararam. Recebi a visita do Dr. Pepe, que se apresentou no hospital com o nome de Dr. Pedro Batista. Por estar em presença de minha mãe e de minha irmã, conversamos informalmente. Entretanto, ao se retirar, disse-me ele: "tudo o que combinamos está de pé, você terá de trabalhar para nós". No dia seguinte, Dr. Pepe voltou com o Dr. Bruno e me disseram, em resumo, o seguinte: querem que eu vá para o Rio, para um convento (com exceção do das dominicanas) onde, semanalmente receberei a visita de um deles, a fim de ser "recuperada", ou melhor, para que eu me torne um agente do governo. Teria a obrigação de entregar os remanescentes da VPR, quando então ficaríamos quites e eu livre para fazer o que bem entendesse pois fariam cair no esquecimento todas as acusações que pesam sobre mim. Caso eu tentasse fugir ou praticar alguma ação, o video tape e o contrato seriam exibidos nas prisões, para que os presos políticos fossem convencidos de que eu realmente era uma agente do governo. Além disso, procurariam envolver minha irmã Lúcia em IPM.

Ameaçaram-me de morte ou de condenação para o resto de vida, nas prisões. Como se o que passei não representasse a pena mais cruel que qualquer crime pudesse jamais acarretar.

Belo Horizonte, 18 de setembro de 1971.

Inês Etienne Romeu

INÊS ETIENNE ROMEU

A N E X O

Durante o tempo de meu cativeiro, presenciei os seguintes fatos:

1. Quando fui levada para a casa de Petrópolis, lá já se encontrava um camponês nordestino, Mariano Joaquim da Silva, cognominado Loyola. Conversamos tres vezes, duas na presença de nossos carcereiros e uma a sós. Mariano foi preso no dia primeiro ou dois de maio, em Pernambuco. Após sua prisão, permaneceu vinte e quatro horas em Recife, onde foi barbaramente torturado. Seu corpo estava em chagas. Em seguida, foi levado para aquele local, onde foi interrogado durante quatro dias ininterruptamente, sem dormir, sem comer e sem beber. Permaneceu na casa até o dia trinta e um de maio, fazendo todo o serviço doméstico, inclusive cortando lenha para a lareira. Dr. Teixeira disse-me em princípio de julho que Mariano fora executado porque pertencia ao Comando da VAR-Palmares, sendo considerado irrecuperável pelos agentes do governo. Quando conversei a sós com Mariano, ele mencionou a prisão de Carlos Alberto Soares de Freitas.

2. Dr. Pepe confirmou-me que seu grupo "executara" Carlos Alberto Soares de Freitas, por cuja prisão, ocorrida em fevereiro deste ano, fora responsável. Disse-me que seu grupo não se interessa em ter líderes presos e que todos os "cabeças" seriam sumariamente mortos, após interrogatório. Contou ainda que Marilena Vilas Boas Pinto estivera também naquela casa e que fora, como Carlos Alberto Soares de Freitas, condenada à morte e executada.

3. Segundo ainda o Dr. Pepe, o ex-deputado Rubens B. Paiva teve o mesmo fim, embora não fosse intenção do grupo matá-lo. Só queriam que ele confessasse mas, no decorrer das

*João
Peleiro*

torturas, Rubens Paiva morreu. A morte do ex-deputado foi considerada pelo Dr. Pepe como "uma mancada".

4. Aluisio Palhano, ex-lider dos bancários do Rio de Janeiro, preso no dia seis de maio de mil novecentos e setenta e um, foi conduzido para aquela casa no dia treze do mesmo mes onde ficou até o dia seguinte. Não o vi pessoalmente mas Mariano Joaquim da Silva contou-me que presenciou sua chegada, dizendo-me que seu estado físico era deplorável. Ouvi contudo sua voz várias vezes, quando interrogado. Perguntei a Dr. Pepe sobre ele, que me respondeu: "ele sumiu".

5. Dr. Guilherme disse-me, antes do dia quinze de maio, que iriam prender o Ivan Mota Dias nesta data. Posteriormente, contou-me que Ivan havia sido executado por eles; já o Dr. Roberto disse-me que ele se encontrava no exterior. Entretanto, outros elementos subalternos confirmaram-me a morte de Ivan Mota Dias.

6. No mes de julho, estiveram na casa dois militantes da VPR e um da ALN. O primeiro penso ser Walter Ribeiro Novais, ex-salvavidas de Copacabana. Marcio me afirmou que o mataram. Inclusive, na época (oito a quatorze de julho de mil novecentos e setenta e um), houve uma ruidosa comemoração, em virtude de sua morte. O segundo, é uma moça que acredito ser Heleni Guariba. Foi barbaramente torturada durante tres dias, inclusive com choques elétricos na vagina. O terceiro é Paulo de Tarso Celestino da Silva, que foi torturado durante quarenta e oito horas por Dr. Roberto, Laecato, Dr. Guilherme, Dr. Teixeira, Zé Gomes e Camarão. Colocaram-no no pau de arara, deram-lhe choques elétricos, obrigaram-no a ingerir uma grande quantidade de sal. Durante muitas horas eu o ouvi suplicando por um pouco d'água.

7. No dia quatro de agosto, Laurindo chegou à casa e comunicou ao Dr. Bruno e Dr. César que José Raimundo da Costa havia sido preso numa barreira. Segundo me disse posteriormente Dr. Pepe, José Raimundo da Costa não foi torturado, pois no interrogatório disse que não sabia onde estava Lamarca e,

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

se o soubesse, não diria. Assim, José Raimundo da Costa foi morto vinte e quatro horas depois de sua prisão, num "tiroteio" na Av. Suburbana, no Rio de Janeiro.

8. No mes de maio, soube por Camarão que o Cabo Anselmo havia sido preso. Em fins de junho, Dr. Teixeira disse-me que ele estava solto e trabalhando para os órgãos do governo, como infiltração nas organizações. Fizem-me perguntas sobre fatos de que apenas o Cabo Anselmo tinha conhecimento.

9. Na ausência dos oficiais, a casa foi muitas vezes visitada por prostitutas, quando eram realizadas "festas", das quais participavam Perdal, Camarão, Raul, Marcelo e Alan.

Belo Horizonte, 18 de setembro de 1971.

Inês Etienne Romeu

INÊS ETIENNE ROMEU

Alina